borado na imprensa recifense, distinguiu-se particularmente com a sua própria publicação, a revista O Progresso, que circulou na capital pernambucana, de julho de 1846 a setembro de 1848. Como Lopes Gaina, e talvez com mais profundidade, Figueiredo analisou e combateu o latifúndio: "Hoje mais de 3/4 da população da nossa província se acha concentrada à beira do mar e numa profundeza de 10 a 15 léguas; mas lá, quase com poucas exceções, todas as terras pertencem a um pequeno número de grandes proprietários, que delas mais cultivam uma mínima parte e recusam vender o resto. Daí vem que 200 ou 300 000 dos nossos concidadãos, mais porventura, vivem em terras de que podem ser despedidos dentro de poucas horas; humildes vassalos do proprietário, cujos ódios, partido político & C. são obrigados a esposar. Neste fato da grande propriedade territorial, nesses novos Latifundia, deparamos nós a base desta feudalidade que mantém diretamente, sob jugo terrível, metade da população da província, e oprime a outra metade por meio de imenso poder que lhe dá essa massa de vassalos obedientes". Concluía, com precisão: "este regime arbitrário provém da organização atual da propriedade no interior... matai o despotismo na pessoa da grande propriedade territorial". Figueiredo compreendia, entretanto, que as "revoluções radicais são obra do tempo, e apenas meia dúzia de exaltados podem conceber a esperança de realizá-las imediatamente". O despotismo não fora "inventado pela família Cavalcanti", nem provinha "do maior ou menor grau de moralidade do governo". Ao latifúndio se devia "a impunidade dos crimes, os escândalos das eleições, assim como o vagar com que caminha a nossa província na senda de toda espécie de progresso".

Informando os leitores sobre o movimento de 1848 na França, esclarecia que se tratava de uma luta "entre o capital e o trabalho: entre uma minoria de privilegiados e a imensa maioria da nação". Como os revolucionários franceses, os brasileiros deviam pretender do governo que interviesse "nos fenômenos da produção, distribuição e consumo". Socialista utópico, Figueiredo compreendia que já não reinavam "as máximas selvagens dos Malthus e J. B. Say". Nas páginas de O Progresso, é fácil encontrar sinais de suas inclinações, como no prefácio à tradução do livro de Ortolan, Da

ciliador, o Diário da Junta do Governo, O Constitucional, O Popular, O Carapuceiro, de que lhe proveio o apelido, O Despertador, O Pernambucano, O Sete de Setembro. Escreveu A Coluneida (1832), poema satírico contra a Sociedade Colunas do Trono e do Altar, A Farpeleida (1841), o Código Criminal da Semi-República do Passamão na Oceania (1841), sátira em prosa, além de outros trabalhos e traduções. Professor, parlamentar, político, tem sido acusado de versatilidade, em críticas que se despojam de sentido histórico. Homem de cultura invulgar para o seu tempo e o seu meio, permanece como dos maiores nomes da imprensa doutrinária brasileira.